PEDEPES

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

DIAGNÓSTICO

TOMO IX

COMPETETIVI-DADE

AMRS
Associação de Municípios da Região de Setúbal

Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal

– Diagnóstico Prospectivo –

Tomo IX – Competitividade

SUMÁRIO

IX. A COMPETITIVIDADE DA PENÍNSULA DE SETÚBAL IX.3

1. Referencial teórico-conceptual de avaliação da competitividade regional IX.3

2. As dimensões determinantes da competitividade da Península de Setúbal: pontos fortes e debilidades IX.5

2.1. Padrão de especialização e vantagens comparativas da economia local IX.5

2.2. Dinâmica do tecido produtivo regional IX.20

2.3. Potencialidades e condicionantes decorrentes da inserção territorial da PS IX.24

3. A competitividade da Península de Setúbal: visão de conjunto IX.30

3.1. Das condições estruturais dos anos 80 às dinâmicas dos anos 90 IX.30

3.2. Principais debilidades competitivas da Península de Setúbal IX.33

IX. A COMPETITIVIDADE DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

1. Referencial teórico-conceptual de avaliação da competitividade regional

O entendimento do que é a competitividade de uma Região, ou de um Território, está longe de estar consolidado. Não cabe aqui discutir a pertinência das várias acepções de competitividade territorial que a bibliografia da especialidade nos oferece. Por isso adopta-se neste capítulo o referencial teórico-conceptual formalizado por Raul Lopes, esquematicamente sintetizado na figura da página seguinte.

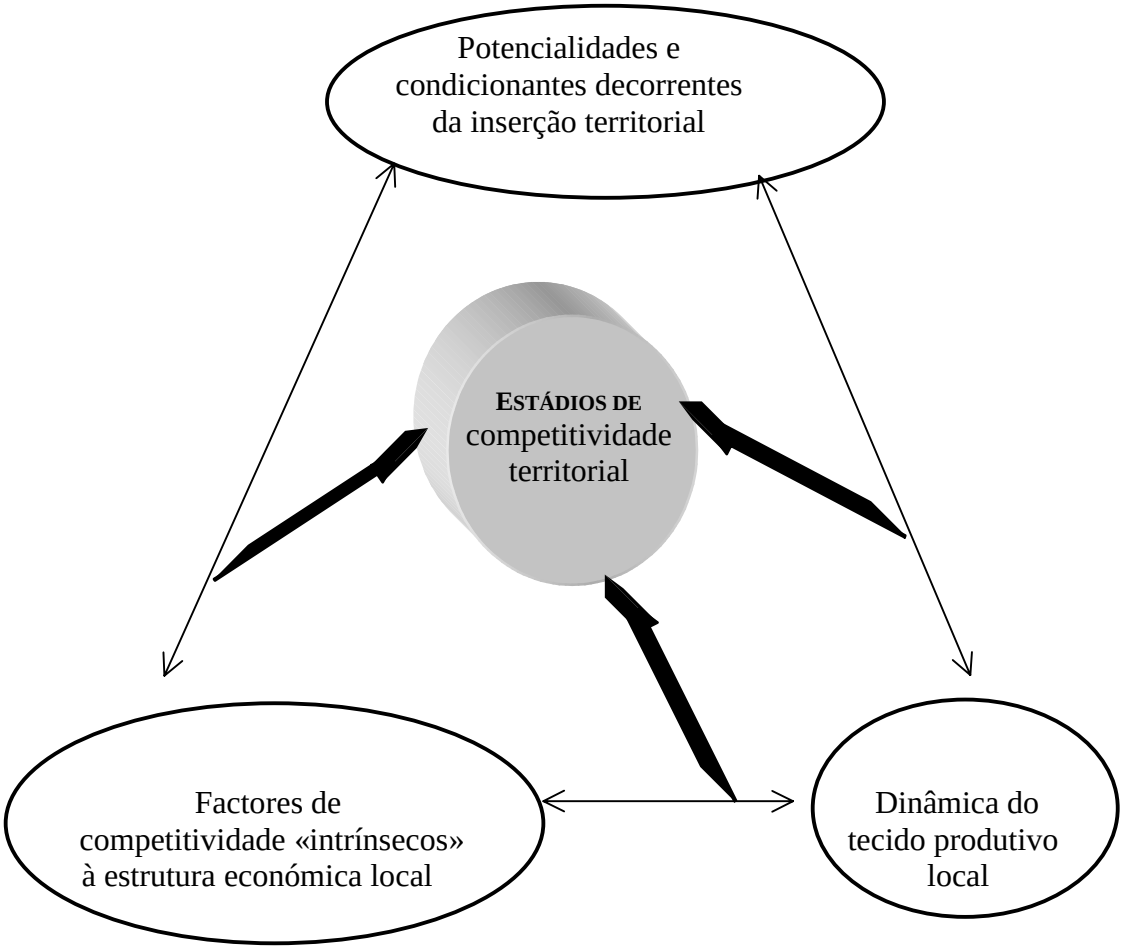
Recusando-se a aceitar como adequadas à compreensão das dinâmicas regionais as visões simplistas que reduzem a competitividade de uma região ao seu ritmo de crescimento, à expressão da sua produtividade ou ao volume das suas exportações, o referencial que aqui se adopta tem da competitividade uma noção pluri-facetada, complexa e dinâmica que, sumariamente, pode exprimir-se como a capacidade de uma dada comunidade territorial ou região assegurar as condições económicas do desenvolvimento sustentado. Deste modo a competitividade de uma região reporta-se *tanto à capacidade de produzir riqueza, como à eficiência relativa com que a economia do território gera essa riqueza, como ainda ao interface social intrínseco ao funcionamento económico, de que são expressão, nomeadamente, a capacidade de atrair e fixar população e a capacidade de criar emprego, especialmente qualificado* (op.cit. p216).

Como a ilustração seguinte documenta, no longo prazo a capacidade competitiva de uma região é determinada pela acção conjugada de um *tripé de factores*:

- Os que definem o padrão de vantagens comparativas associados à estrutura económica local, onde merecem destaque os factores primários que conferem vantagem-custo —como sejam a dotação de recursos naturais e/ou o custo da mão-de-obra— mas sobretudo os factores

avançados de competitividade suportados pela dinâmica do mercado local/regional, pela oferta de serviços especializados de apoio à actividade económica e pela disponibilidade de *capital humano* acumulado.

Sistema determinante dos Estádios de Competitividade Territorial[1]



- Os factores associados à dinâmica do tecido produtivo local, sejam a capacidade de iniciativa empresarial e de gestão estratégica, sejam o potencial de inovação e de valorização de economias externas decorrente da forma como é localmente organizada a produção.

[1] Reproduzido de Raul Lopes (1998): **Dinâmicas de Competitividade Territorial—Portugal por referência**, p519, ISCTE, Lisboa.

- Finalmente, mas não menos importante, é a forma como as condições macroeconómicas e as tendências da economia internacional se reflectem na região, e a forma como a região se articula com a rede de centros urbanos que estruturam o território do seu espaço de inserção.

Adoptando este entendimento conceptual por referência, no texto que se segue procura-se fazer um diagnóstico síntese do potencial competitivo da Península de Setúbal (PS), recorrendo para tanto a várias das conclusões que entretanto foram sendo avançadas nos diagnósticos temáticos realizados nos capítulos anteriores.

2. As dimensões determinantes da competitividade da Península de Setúbal: pontos fortes e debilidades

2.1. Padrão de especialização e vantagens comparativas da economia local

Estrutura de especialização no início dos anos 90

Em 1991, tomando como termo de comparação a estrutura da economia nacional, 64% do emprego da PS era assegurado por segmentos de actividade em que a região estava especializada. Tais segmentos correspondem na prática a apenas dois cachos (*clusters*) de actividades de forte especialização regional: os serviços de estruturação urbano-turística e a indústria metalomecânica.

- Os serviços de estruturação urbano-turística asseguravam quase metade do emprego regional (48%), com destaque para o comércio e para os serviços pessoais e colectivos. No conjunto, este *cluster* empregava 6% do emprego no correspondente grupo de actividades ao nível nacional, um pouco mais do que os 5,2% de peso global da PS no emprego nacional.

  No interior da PS, este *cluster* tem como padrão de localização os principais centros urbano-terciários da região: Almada, Barreiro e Setúbal.

Sesimbra emerge neste contexto como o centro turístico-piscatório da Península.

Trata-se de um *cluster* baseado no aproveitamento do potencial demográfico regional, mas também significativamente dependente da acção directa da Administração Pública. Adicionalmente, como factores de suporte competitivo deste *cluster* devem sublinhar-se a importância da localização geográfica da PS —por referência à Área Metropolitana Norte (AMN)— conjugada com as potencialidades residenciais e turísticas que a beleza paisagística da frente de mar e das margens ribeirinhas proporcionam.

Tal significa que, por um lado, este tipo de especialização está ancorada na valorização de potencialidades intrínsecas à região, por outro lado, significa que a sua consolidação competitiva dependerá da forma como a região venha a conseguir afirmar a especificidade/complementaridade do tipo de serviços que oferece face aos oferecidos pela AMN e, nos segmentos mais orientados para o turismo-lazer, pelo Oeste, Alentejo Litoral e Algarve. Seguramente, mais do que uma questão de quantidade, o crescimento futuro deste cacho de actividades terá de saber enfrentar o desafio da qualidade.

Quadro IX.1—Padrão de especialização da Península de Setúbal, 1991 (emprego)

Clusters		Segmentos	% do emprego Regional	% do emprego Nacional	Principais concelhos de especialização ( ) especializações nacionais mas não reg.	Principais concorrentes
De forte especialização			63.8			
Indústria metalomecânica			12.1			
	R431	Produtos Metálicos de Base	1.3	21.8	Seixal, Moita e Barreiro	sem concorrentes nacionais
	R432	Produtos Metálicos Elaborados	3.1	5.9	Alcochete, Seixal	Baixo Vouga, Entre Douro e Vouga
	R433	Máquinas não eléctricas	0.7	5.5	Palmela, Seixal	Pinhal Litoral, Entre Douro e Vouga
	R434	Máquinas e Material Eléctrico	1.8	10.1	Palmela, Seixal e Setúbal	Beira Int.Sul, Câvado,Alentejo Central
	R435	Material de Transporte	5.2	28.2	Setúbal,Almada (Seixal,Palmela,Barreiro)	Baixo Vouga, Minho Lima
Serviços de estruturação urbano-turística			47.9			
	R120	Pesca	1.4	12.8	Sesimbra e Setúbal	Algarve, Alentejo Lit., Oeste, Baixo Vouga
	R661	Comércio	15.0	5.9	generalizada, excepto Alcochete	G.Lisboa, G.Porto, Algarve, Oeste
	R662	Cafés, restaurantes e hotelaria	4.9	6.1	Sesimbra, Setúbal, Almada e Barreiro	Algarve, Alentejo Litoral e G. Lisboa
	R892	Serviços de Educação	5.4	5.4	Almada, Setúbal e Barreiro	Grande Lisboa, Baixo Mondego, Alentejo C.
	R893	Serviços de Saúde	3.1	5.7	Barreiro, Almada e Setúbal	Baixo Mondego, G.Lisboa e G.Porto
	R894	O. Serv. Pessoais e Colectivos	18.0	6.8	Almada, Barreiro (Moita e Setúbal)	Grande Lisboa
Serviços de logística e apoio à activ. Económica						
	R671	Transportes armaz.e serv. Complementares	3.9	5.9	Barreiro e Setúbal	G.Lisboa, Médio Tejo, Algarve, G.Porto

Quadro IX.1 (cont.)—Padrão de especialização da Península de Setúbal, 1991 (emprego)

Clusters		Segmentos	% do emprego Regional	% do emprego Nacional	Principais concelhos de especialização ( ) especializações nacionais mas não reg.	Principais concorrentes
Segmentos de significativa relevância regional e/ou local			**30.6**			
	R111	Agricultura	3.6	2.0	Palmela (23%), Alcochete (16%), Montijo(13%)	Alentejo, Lezíria Tejo e Oeste
	R112	Silvicultura	0.1	2.2	Palmela (23%), Alcochete (16%), Montijo(13%)	Alentejo
			3.7			
Indústrias de processo						
	R231	Indústria alimentar	2.3	6.0	Montijo (85), Alcochete(5%), Palmela (4%)	Oeste e Lezíria do Tejo
	R232	Indústria de bebidas	0.4	6.0	Palmela (2.3%)	Lezíria do Tejo, Oeste e Baixo Vouga
	R534	Indústria de produtos químicos	2.1	10.6	Barreiro (7%), Seixal (3%), Moita (3%)	G.Lisboa, Alentejo Litoral, Baixo Vouga
			4.8			
Indústrias trabalho intensivas						
	R331	Têxteis e vestuário	4.3	2.5	Moita (19%), Seixal (5.5%), Almada (4.2%)	Ave, Câvado, Tâmega, Côva da Beira
	R651	Construção civil	10.1	5.0	Sesimbra (17%), Seixal (12%) Palmela (11%), Moita (11%).	
			14.3			
Embalagem e materiais de Construção civil						
	R135	Madeira e Cortiça	2.3	4.2	Montijo (12%)	Entre Douro e Vouga, Tâmega
	R132	Produtos Minerais não metálicos	0.7	4.0	Sesimbra (1.6%) e Setúbal (1.5%)	Oeste, Pinhal Litoral
	R333	Ind. Papel e publicações	1.2	4.8	Setúbal (3.4%)	Médio Tejo, Grande Lisboa, B. Mondego
	R533	Borracha e Matérias Plásticas	0.4	4.7	Alcochete (11%)	Pinhal Litoral
			4.7			

Quadro IX.1 (cont.)—Padrão de especialização da Península de Setúbal, 1991 (emprego)

Clusters	Segmentos		% emprego Regional	% emprego Nacional	Principais concelhos de especialização ( ) especializações nacionais mas não reg.	Principais concorrentes
Serviços de logística e apoio à activ. Económica						
	R672	Comunicações	1.2	5.4	Barreiro	G.Lisboa, Beira Int.Sul e G.Porto
	R891	Serv. Manutenção e reparação	1.8	5.1	Palmela, Moita e Montijo	Pinhal Litoral, Oeste, Lezíria do Tejo
			3.0			
Segmentos sem especialização nem relevância regional e/ou local						
Serviços de logística e apoio à activ. Económica						
	R781	Intermediação financeira e seguros	1.3	3.0		
	R782	Serv. Às empresas e O s/ imóveis	2.5	4.5		
Embalagem e materiais de Construção civil						
	R133	Porcelanas, faianças, etc	0.2	1.0		
	R134	Indústria do vidro	0.1	1.8		
Outros segmentos						
	R141	Electricidade, gás e água	0.9	7.2		
	R332	Artigos de couro e calçado	0.1	0.3		

Fonte: INE--Censo 1991, com apuramento próprio do emprego por concelho de localização.

Legenda: Forte especialização => Quociente de localização por referência ao país claramente > 1

Significativa relevância => QL próximo de 1 ou forte especialização de algum concelho face ao país

- A indústria metalomecânica é o segundo *cluster* de especialização de maior relevância regional, e mesmo nacional. Embora com apenas 12% do emprego da PS, alguns dos segmentos deste cacho asseguravam em 1991 um volume de emprego que excedia os 20% do emprego nacional. É o caso do *fabrico de produtos metálicos de base* (siderurgia,...) e do *fabrico de material de transporte* (construção naval e automóvel). A importância nacional destas actividades será certamente a responsável por uma ideia muitas vezes difundida de que a PS está excessivamente especializada na indústria e particularmente na indústria metalomecânica. Na realidade esta ideia só tem metade de verdade, pois que sendo embora a região especializada neste *cluster* é, todavia, dele menos dependente do que a economia nacional o é da parte dos seus segmentos localizados na PS. De resto, quando se considera o conjunto agregado da actividade industrial a PS no início da década já não se apresentava sequer especializada na indústria, apesar deste sector de actividade assegurar 27% do emprego regional.

  O saber-fazer alicerçado na tradição, a plena internacionalização quer ao nível do mercado quer ao nível das estruturas de gestão empresarial e o potencial de obtenção de economias de aglomeração associado à circunstância da região ser especializada em todos os segmentos integrantes do *cluster* (fabrico de produtos metálicos, máquinas, material eléctrico, veículos automóveis e construção naval) constituem os principais *trunfos* competitivos da PS neste cacho de actividades cujo principal concorrente nacional é a zona do Vouga (Baixo Vouga e Entre Douro e Vouga). Internamente, Setúbal, Almada, Palmela e Seixal constituem as principais localizações das actividades em que se materializa este *cluster*.

O potencial competitivo dos cachos de actividades anteriores certamente que tem sido afectado pela circunstância do *cluster* dos serviços de logística e de apoio à actividade económica apresentarem na região um claro subdesenvolvimento relativo

no início da década, quer pela fraca expressão empregadora de qualquer dos seus segmentos, quer por nessa altura a PS ainda não ter conseguido obter níveis de especialização nos segmentos da comunicações, serviços de manutenção e reparação, quer ainda pelo fraco desenvolvimento dos serviços de intermediação financeira e às empresas. No início da década, Barreiro, Palmela e Setúbal apresentavam-se como as principais localizações deste *cluster* embrionário, sendo de sublinhar a reduzida expressão destas actividades no concelho de Almada, importante localização dos dois *clusters* de especialização da região. A este facto não deverá ser estranha a proximidade geográfica de Almada a Lisboa, cidade emblemática que protagoniza o papel de principal concorrente da PS na afirmação competitiva deste *cluster* de actividades.

Como pode observar-se pelo Quadro IX.1, no início da década, para além de especializada nos dois cachos de actividades já referidos, a PS dispunha de 31% do seu emprego disperso por vários segmentos de actividade com reduzidas sinergias de articulação. Não obstante esta debilidade, alguns destes segmentos assumem significativa relevância regional, especialmente para os concelhos que neles apresentavam uma forte especialização. Enquadram-se nesta situação:

- A construção civil e as confecções, actividades trabalho-intensivas com maior expressão na Moita, Sesimbra, Seixal e Palmela.
- "complexo" agro-alimentar (agricultura, pecuária, viticultura, indústria alimentar e de bebidas) no eixo Palmela-Montijo-Alcochete.
- A extracção de pedra (Sesimbra), o fabrico de cimento (Setúbal), a indústria química (Barreiro), a indústria da cortiça (Montijo) e a indústria do papel (Setúbal) são algumas das indústrias de processo e/ou orientadas para a construção civil cuja expressão na PS lhes confere significativa importância nacional, embora na região tais actividades tendam a concentrar-se num concelho e, normalmente, num reduzido número de empresas —por vezes numa única.

A dinâmica de especialização da década de 90

Tomado como referência a evolução do emprego no sector empresarial formal entre 1991 e 1997, a primeira ideia a reter é a de que nos anos 90 a PS acompanhou globalmente a dinâmica sectorial do país. Com efeito:

— Neste período o emprego assalariado no sector empresarial cresceu na PS 7,4%, ligeiramente mais do que no país (6,5%).

— À semelhança do que ocorreu no país, os serviços de estruturação urbano-turística e os serviços de logística e apoio às actividades económicas foram os únicos *clusters* a registar um significativo aumento de emprego na PS: 33% e 54%, respectivamente. O crescimento de 7% do emprego assalariado na agricultura é a excepção, mas pensamos que isso se fica a dever fundamentalmente a alterações de ordem jurídica na actividade do sector, com a formalização de relações empresariais anteriormente já em curso de forma informal.

— Se naqueles dois *clusters* a PS cresceu significativamente mais do que o país (sobretudo nos serviços de logística e apoio à actividade económica onde o emprego aumentou 54% contra os 22% no país), aconteceu precisamente o inverso em todos os restantes segmentos de actividade. Nestes a PS perdeu capacidade empregadora de forma mais acentuada do que o país.

Desta dinâmica global dos anos 90 importa reter que:

— Durante esta década a PS se "libertou" de algumas das actividades com reduzidas condições de empregabilidade, e/ou sem potencial de sinergias de aglomeração, que sobreviveram ou se desenvolveram como resposta ao processo de reestruturação dos anos 80, nomeadamente nos *clusters*: *Indústrias de processo, embalagem e materiais de construção civil, actividades trabalho intensivas*.

— Paralelamente, a PS reforçou significativamente a expressão empregadora de dois dos seus *clusters* estratégicos de especialização: *actividades urbano-turísticas* e *serviços de logística e apoio à actividade económica.*

— No que constitui actualmente o terceiro *cluster* de especialização da PS —a *indústria metalomecânica*— a região perdeu globalmente alguma relevância nacional, ficando isso a dever-se a evoluções muito diferenciadas nos diversos segmentos deste *cluster*. Por um lado, perdeu 25 a 40% do emprego em segmentos como o *fabrico de material de transporte* (-40%) —consequência do processo de reestruturação na construção naval e automóvel— o *fabrico de produtos metálicos de base* (-38%), onde acompanhou a tendência do país, e no *fabrico de máquinas não eléctricas* (-26%). Por outro lado, a PS aumentou significativamente o emprego no segmento das *máquinas e material eléctrico* (31%) e no *fabrico de produtos metálicos elaborados* (17%).

Em jeito de síntese, a conjugação das diversas tendências enunciadas poderá interpretar-se como significando que **nos anos 90 a Península de Setúbal reforçou globalmente a sua competitividade**, porquanto:

— No *cluster* da *indústria metalomecânica*, a dinâmica observada deverá significar que a região tem em curso um processo de reestruturação conducente ao aprofundamento da sua especialização em torno dos segmentos da indústria automóvel nos quais se tem revelado mais competitiva.

— No *cluster* das *actividades de estruturação urbano-turística* o crescimento de todos os seus segmentos a ritmo superior ao do país aparece-nos como a expressão de um crescimento endogenamente sustentado na valorização das potencialidades regionais, quer das

associadas ao processo de consolidação urbanística e económica dos núcleos peri-urbanos da região, quer das associadas à tendência global de aumento da mobilidade espacial, da procura de novos espaços de lazer e, sobretudo, da procura de segundas residências em meio "rural" com enquadramento urbano-metropolitano.

— No *cluster* dos *serviços de logística e apoio à actividade económica* a PS, ao reforçar significativamente o emprego nos segmentos em que no início da década a sua estrutura económica era mais débil, não só consolidou a sua especialização neste *cluster* como adicionalmente deu coerência global ao seu padrão de especialização, criando condições para aspirar ao desempenho de novas funções económicas no contexto da Área Metropolitana de Lisboa (AML). De resto, decorre daqui uma das questões centrais à reflexão estratégica a fazer, já que a dinâmica dos anos 90 veio evidenciar que o actual padrão de especialização da PS é cada vez mais concorrencial do da AMN e não tão dependente da indústria, nomeadamente metalomecânica, como por vezes se transmite.

Vantagens comparativas da Península de Setúbal nos seus segmentos de especialização: factores primários *vs*. factores avançados de competitividade

Conhecido o padrão de especialização da PS, importa agora conhecer melhor os factores associados à estrutura económica regional que servem de suporte competitivo a esse padrão de especialização. Em particular, centraremos a nossa atenção no custo salarial e na qualificação dos recursos humanos.

Nos segmentos de especialização da PS as principais vantagens-custo não estão associadas à dotação de recursos naturais mas sim aos custos salariais. Todavia, em face dos números disponíveis não é seguramente nos custos salariais que radica a competitividade da PS. Com efeito, como pode verificar-se pelo Quadro IX.2:

— Em média uma hora de trabalho custa na Península mais 25% do que o seu custo médio na economia nacional.

— Nos *clusters* em que a PS tem vindo a perder emprego —actividades *trabalho intensivas, indústrias de processo, embalagem e materiais de construção civil*— o custo salarial na região é superior ao do país entre 20 e 40%, contrastando com as regiões que têm estas actividades por especialização onde o custo salarial hora é normalmente inferior à média nacional ou, quando muito, ligeiramente superior.

— Nos três *clusters* em que a PS se encontra especializada o custo salarial é igualmente superior à média nacional, ainda que em proporções muito distintas: 43% na *indústria metalomecânica*, 10% nas actividades *urbano-turísticas* e apenas mais 4% nos *serviços de logística e apoio à actividade económica*.

Tais valores precisam de ser matizados pelo facto de o ganho médio por hora de trabalho na PS ser claramente inferior ao obtido pelos trabalhadores da bacia de emprego em que a PS se integra. Na AMN o custo salarial hora é, em média, superior em 60% ao do país e, na margem norte os salários são superiores aos da PS em todos os *clusters*, particularmente nos dois *clusters* de especialização terciária da PS. Destes elementos haverá que retirar duas conclusões:

— O diferencial de ganhos salariais entre a PS e a AMN poderá significar que nos *clusters* de especialização comuns às duas partes da área metropolitana a Península detém sobretudo os segmentos menos "nobres" das respectivas actividades, correndo o risco de ver os seus trabalhadores mais qualificados serem atraídos pelas empresas localizadas na margem norte.

A competitividade dos segmentos com maior dinamismo na economia actual não está associada a baixos custos salariais, pelo contrário, pressupõe o emprego de recursos humanos bem remunerados, no

pressuposto que o diferencial de custos salariais é compensado pelo diferencial de qualificação/competência e eficiência produtiva desses trabalhadores.

Quadro IX.2. - Ganho médio por hora de trabalho -1997

(Continente=100)

NUT	NOME	Total Geral	RN	TI	EMCC	IP	UT	IM	LAAE	Outros Seg.
101	Minho Lima	92	107	93	96	85	87	102	96	87
102	Cávado	87	86	91	78	84	101	104	90	96
103	Ave	86	87	93	102	90	102	95	90	66
104	Grande Porto	116	118	103	106	113	126	105	114	71
105	Tâmega	75	85	84	71	84	85	72	85	96
106	E.Douro-Vouga	92	97	89	105	101	98	100	92	63
107	Douro	96	111	93	77	84	87	66	101	95
108	Alto T-Montes	93	105	95	81	79	88	63	101	115
201	Baixo Vouga	105	89	98	108	118	100	102	104	88
202	Baixo Mondego	113	123	98	131	105	109	114	101	94
203	Pinhal Litoral	104	96	100	112	89	113	106	95	96
204	Pinhal Int. Norte	83	84	86	87	76	86	70	94	111
205	Pinhal Int. Sul	89	105	82	86	64	83	103	92	96
206	Dão-Lafões	92	98	94	90	86	95	82	95	87
207	Serra da Estrela	84	96	85	67	71	92	68	94	124
208	Beira Int. Norte	90	81	92	82	87	90	83	103	102
209	Beira Int. Sul	94	91	93	137	100	95	80	110	110
210	Côva da Beira	82	96	86	75	90	93	81	94	84
301	Oeste	100	101	99	98	97	103	95	88	90
302	Grande Lisboa	160	136	142	153	164	151	136	142	104
303	**Península Setúbal**	**125**	**98**	**120**	**138**	**140**	**110**	**143**	**104**	**110**
304	Médio Tejo	104	117	110	103	95	101	117	99	103
305	Lezíria do Tejo	109	116	110	97	120	104	132	97	109
401	Alentejo Litoral	113	104	114	88	194	98	90	92	138
402	Alto Alentejo	104	96	107	107	119	100	141	109	125
403	Alentejo Central	104	98	116	123	82	99	115	110	119
404	Baixo Alentejo	105	95	114	92	84	98	170	108	113
501	Algarve	107	92	115	112	93	109	88	104	108
	Média Geral	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Quadros de Pessoal/MESS, com apuramento próprio.

Legenda: RN = Actividades baseadas na exploração de recursos naturais;
TI = Activ. Baseadas na utilização intensiva do trabalho;
EMCC = Embalagem e fabr. Materiais de Construção Civil;
IP = Indústrias de processo;
UT =Serv. De estruturação Urbana-Turística;
IM =Indústria Metalomecânica e Veículos Transporte;
LAAE= Serviços logística e de apoio às empresas.

Estas duas conclusões são reforçadas pela análise do nível de qualificação do emprego por *clusters* de actividades — Quadro IX.3 — onde podemos verificar que a PS tem clara vantagem relativamente às suas regiões concorrentes no que concerne ao emprego de qualificação intermédia (assim se justificando o diferencial de custo salarial antes apontado). Mas, por outro lado, observa-se também que a PS se encontra numa situação desvantajosa relativamente à AMN no que respeita ao emprego de elevada qualificação, precisamente aquele que é decisivo para a competitividade das actividades de gama mais avançada em que genericamente a AML está especializada. Mais concretamente verifica-se que:

— Relativamente ao *emprego de elevada qualificação* (quadros médios e superiores) a PS não se destaca da situação geral do país, excepto nas actividades mais dependentes dos custos salariais (*trabalho intensivas, indústrias de processo, embalagem e materiais de construção*) onde a região parece compensar aqueles diferenciais de custo com diferenciais de qualificação. A este nível, quando a PS se diferencia do país tende a ser pela negativa como acontece particularmente com o *cluster* dos serviços de logística e apoio à actividade económica, domínio onde a PS dispõe de menos 3,5% de emprego de elevada qualificação do que o país e menos 6,4% do que a AMN.

— Ainda relativamente ao emprego de elevada qualificação, a PS diferencia-se claramente da AMN, com desvantagem para a PS que dispõe de menos 5% de emprego com este nível de qualificação (o que corresponde a cerca de 1/3 do emprego da região com este nível de qualificação!), desvantagem que é extensiva a todos os *clusters* relevantes para a PS.

— Apesar de não dispor de vantagem em termos de emprego com elevada qualificação, a PS vê os seus maiores custos salariais compensados por uma melhor dotação em recursos humanos com qualificações de nível intermédio (formalmente designados por trabalhadores *qualificados* e

altamente qualificados). Quase metade dos trabalhadores empregues na região no sector empresarial tem este tipo de qualificação, sendo a este nível que a PS revela vantagens comparativas com o país e mesmo com a AMN.

Quadro IX.3 — Emprego assalariado por *clusters* e níveis de qualificação, 1997

Emprego de elevada qualificação, por *cluster*, em % do emprego total, 1997

NUT	NOME	Total	RN	TI	EMCC	IP	UT	IM	LAAE	OS
101	Minho Lima	14,6	22,3	10,7	13,1	12,3	20,6	10,9	16,5	11,8
102	Cávado	13,2	16,5	10,4	12,4	10,4	19,4	12,0	16,2	14,6
103	Ave	12,1	13,8	9,3	14,7	12,3	21,9	11,6	16,7	8,7
104	Grande Porto	16,9	20,5	13,3	14,0	15,0	20,7	13,3	18,0	17,3
105	Tâmega	10,2	13,8	7,7	8,8	10,7	18,8	12,3	15,1	7,5
106	E.Douro-Vouga	12,8	8,0	9,1	12,8	15,0	22,4	11,6	18,4	10,6
107	Douro	14,0	6,4	11,0	13,1	11,6	18,9	10,3	14,5	10,6
108	Alto T-Montes	17,1	13,7	13,2	15,1	14,7	20,5	13,4	16,2	11,9
201	Baixo Vouga	15,4	21,0	13,1	12,4	16,9	22,4	10,2	20,8	14,1
202	Baixo Mondego	17,9	17,4	14,5	13,0	14,9	23,8	13,6	14,4	16,0
203	Pinhal Litoral	17,2	15,8	16,4	12,5	12,5	23,5	15,1	19,1	14,2
204	Pinhal Int. Norte	14,9	19,2	10,4	12,4	15,7	22,1	15,2	19,1	7,1
205	Pinhal Int. Sul	14,7	18,0	10,5	12,2	15,5	22,9	10,7	14,3	2,9
206	Dão-Lafões	15,7	17,1	12,6	11,8	11,3	20,8	12,1	18,2	7,4
207	Serra da Estrela	14,2	20,7	9,3	15,4	13,8	24,1	15,6	20,5	12,4
208	Beira Int. Norte	15,2	12,4	10,0	15,4	14,9	20,3	9,2	18,9	14,9
209	Beira Int. Sul	12,9	6,9	9,1	17,7	12,5	17,8	7,2	15,3	13,2
210	Côva da Beira	12,5	12,4	9,0	12,1	17,9	18,3	10,7	16,0	5,3
301	Oeste	16,3	16,1	15,9	12,4	12,1	21,5	12,9	15,1	14,4
302	Grande Lisboa	22,0	19,9	22,6	19,3	19,8	22,7	17,8	22,3	23,1
303	**Península Setúbal**	**17,3**	**8,0**	**17,8**	**17,0**	**21,2**	**19,2**	**14,2**	**15,9**	**21,5**
304	Médio Tejo	15,9	15,8	13,9	12,9	12,5	19,8	13,8	15,5	17,0
305	Lezíria do Tejo	15,6	13,4	13,8	13,7	13,4	19,2	13,7	15,5	8,7
401	Alentejo Litoral	16,4	9,7	14,2	17,3	27,0	17,9	13,3	12,1	26,7
402	Alto Alentejo	14,7	8,8	10,7	14,4	12,3	18,8	13,4	17,9	9,7
403	Alentejo Central	14,0	6,8	13,6	15,0	12,1	18,0	10,7	17,1	13,9
404	Baixo Alentejo	14,8	8,5	14,1	18,0	13,6	19,5	10,1	16,2	12,3
501	Algarve	17,0	11,5	20,7	16,7	11,6	17,1	18,2	16,8	12,0
	CONTINENTE	**16,9**	**11,6**	**12,5**	**13,7**	**15,6**	**21,1**	**13,3**	**19,4**	**16,5**

Quadro IX.3 (cont.)— Emprego assalariado por *clusters* e níveis de qualificação, 1997

Emprego de qualificação intermédia, por *cluster*, em % do emprego total

NUT	NOME	Total	RN	TI	EMCC	IP	UT	IM	LAAE	OS	Total Qualif.
101	Minho Lima	49,1	19,2	53,1	44,0	35,6	41,1	65,7	55,6	49,8	36,3
102	Cávado	49,0	12,0	52,6	41,0	35,8	42,9	53,6	51,0	62,7	37,8
103	Ave	46,7	18,1	47,5	45,2	37,8	41,7	54,9	51,7	41,6	41,3
104	Grande Porto	47,8	14,8	51,6	46,8	33,1	44,6	59,1	45,8	51,7	35,3
105	Tâmega	49,2	16,4	47,9	59,7	26,0	41,7	51,4	54,3	68,3	40,6
106	E.Douro-Vouga	40,0	18,0	38,2	32,4	30,1	42,8	50,0	54,5	36,3	47,2
107	Douro	42,2	7,6	51,2	45,8	29,3	41,2	38,7	54,7	66,1	43,8
108	Alto T-Montes	43,7	18,4	48,4	35,7	38,4	40,2	50,5	53,7	64,7	39,2
201	Baixo Vouga	44,7	14,5	43,8	34,3	36,6	42,3	55,7	51,6	61,5	39,9
202	Baixo Mondego	44,3	20,3	47,6	37,4	33,2	42,3	53,0	52,4	58,6	37,8
203	Pinhal Litoral	43,4	20,8	48,4	38,3	40,7	40,1	56,1	49,0	66,7	39,4
204	Pinhal Int. Norte	44,7	16,6	52,1	38,8	30,8	36,4	40,9	54,7	76,7	40,3
205	Pinhal Int. Sul	42,4	23,7	48,7	35,5	25,1	36,0	39,8	63,0	91,4	42,8
206	Dão-Lafões	43,0	19,5	46,2	37,9	48,5	40,4	36,4	53,5	71,6	41,3
207	Serra da Estrela	38,2	16,1	34,4	46,5	22,9	40,5	52,1	54,0	67,9	47,6
208	Beira Int. Norte	43,7	20,7	40,0	38,6	30,4	39,8	66,0	56,0	77,0	41,1
209	Beira Int. Sul	47,4	10,2	51,6	55,2	44,3	43,7	65,6	57,3	77,4	39,7
210	Côva da Beira	48,7	16,0	50,7	50,5	26,8	46,6	45,0	59,6	58,9	38,8
301	Oeste	42,2	17,4	45,3	37,6	45,1	39,2	49,7	50,5	49,4	41,5
302	Grande Lisboa	45,6	24,2	51,6	47,0	42,5	44,7	51,7	43,8	56,1	32,4
303	Península Setúbal	48,2	10,2	55,5	41,5	47,7	43,2	60,1	48,7	63,3	34,5
304	Médio Tejo	42,9	17,2	40,7	38,5	39,2	38,1	60,9	56,5	53,9	41,2
305	Lezíria do Tejo	41,9	27,1	48,1	35,5	38,0	39,0	51,0	53,6	69,8	42,5
401	Alentejo Litoral	43,4	13,0	56,8	41,4	46,1	38,5	48,8	57,2	66,3	40,2
402	Alto Alentejo	38,2	7,9	46,9	27,5	35,0	40,4	64,1	54,2	79,1	47,0
403	Alentejo Central	37,7	7,7	55,6	27,9	37,7	42,1	54,7	49,6	79,2	48,4
404	Baixo Alentejo	40,6	26,9	46,2	44,4	33,3	42,6	37,4	54,8	76,2	44,6
501	Algarve	44,2	12,8	49,5	44,8	29,8	42,6	61,3	51,0	70,8	38,8
	CONTINENTE	45,5	15,8	48,8	42,3	38,3	43,0	55,0	47,2	56,1	37,6

Fonte: Quadros de Pessoal/MESS, com apuramento próprio.

Legenda: RN = Actividades baseadas na exploração de recursos naturais;
TI = Activ. Baseadas na utilização intensiva do trabalho;
EMCC = Embalagem e fabr. Materiais de Construção Civil;
IP = Indústrias de processo;
UT =Serv. De estruturação Urbana-Turística;
IM =Indústria Metalomecânica e Veículos Transporte;
LAAE= Serviços logística e de apoio às empresas;
OS- Outros Segmentos.

2.2. Dinâmica do tecido produtivo regional

Capacidade de iniciativa e de organização empresarial

As múltiplas iniciativas empresariais de forte conteúdo inovador que têm ocorrido na PS, a dinâmica de criação de novas empresas, as diversas parcerias internacionais e o investimento directo estrangeiro que tem escolhido a região como espaço de localização, o dinamismo das várias organizações animadas por agentes económicos locais, a capacidade de mobilização para a discussão colectiva e o espírito de colaboração observável entre as entidades públicas e privadas, são alguns dos claros indicadores da capacidade de gestão estratégica do desenvolvimento que as instituições e empresas da PS congregam.

Não obstante, nem sempre este potencial se revela numa efectiva capacidade organizacional da região orientada para o reforço da sua competitividade, nomeadamente na orientação, apoio e qualificação do elevado potencial de criação de novas iniciativas empresariais que se tem vindo a revelar na PS, particularmente no domínio do comércio, serviços às empresas e construção civil.

Tais iniciativas tendem a surgir por mera imitação de experiências anteriormente observadas, resultando em micro-empresas com débil capacidade de gestão e reduzida inserção em redes (formais e informais) de cooperação empresarial para a inovação e acesso ao mercado, o que faz das estruturas de enquadramento e apoio a estas iniciativas um factor chave do seu sucesso. De resto, o papel destas estruturas deverá passar desde logo pela generalização ao território da PS da propensão para a iniciativa que globalmente tem revelado, já que no passado recente aquela propensão tem incidido sobretudo em três concelhos: Almada, Seixal e Setúbal. Só estes três concelhos são responsáveis por cerca de 2/3 das empresas criadas na região em 1998.

Por razões de economia de escrita, não nos alongaremos na análise desta questão da iniciativa empresarial, até porque ela já foi objecto de tratamento no Capítulo III deste trabalho, mas justifica-se uma referência a outro domínio da

organização do tecido produtivo: a forma como esta organização favorece ou não a criação e valorização de economias externas indispensáveis à sobrevivência das respectivas empresas.

Dimensão das empresas e economias externas de suporte à competitividade

Em consequência do que acaba de dizer-se, o tecido empresarial da PS é moldado por pequenas e muito pequenas unidades produtivas. Em 1997 cerca de 2/3 do emprego assalariado no sector empresarial era assegurado por empresas com menos de 50 trabalhadores (35% por empresas com menos de 10). Em contrapartida, apenas 11% do emprego empresarial da região era assegurado por estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores. Desta forma a estrutura dimensional das empresas da PS não é significativamente diferente da estrutura média da economia nacional e em particular das regiões mais desenvolvidas.

Todavia, quando consideramos a repartição do emprego de cada *cluster* por dimensão do respectivo estabelecimento — Quadro IX.4 — já se observam diferenças significativas:

- A PS dispõe de uma elevada proporção do emprego em estabelecimentos de pequena e muito pequena dimensão em segmentos cuja competitividade é fortemente tributária de economias de escala: actividades trabalho-intensivas (69%), embalagem e materiais de construção (52%). Não parecendo esta a dimensão necessária à obtenção de economias de escala, poderá estar na estrutura empresarial a explicação para a perda de competitividade da região neste tipo de actividades.
- Pelo contrário, nos *clusters* cuja competitividade radica no aproveitamento simultâneo de economias de escala e economias de variedade (indústrias de processo e indústria metalomecânica) a PS dispõe de uma estrutura empresarial de dimensão mais adequada do

que o país, já que nestes segmentos o tecido produtivo regional se baseia essencialmente em empresas de média e grande, ou mesmo muito grande dimensão. Em particular, no *cluster* de especialização regional constituído pela indústria metalomecânica 61% do emprego da PS é assegurado por unidades produtivas de grande ou muito grande dimensão, contrastando com os cerca de 29% ao nível do país, aqui residindo uma das fontes de competitividade da região neste tipo de actividades.

Quadro IX.4 — Percentagem do emprego -1997- no sector empresarial, por *clusters* de actividades

em estabelecimentos de pequena e muito pequena dimensão (<50 Postos Tr.)

NUT	NOME	RN	TI	EMCC	IP	UT	IM	LAAE	OS	SOMA
101	Minho Lima	87,7	65,7	77,0	72,3	99,9	26,0	95,2	53,2	75,4
102	Cávado	109,2	52,8	89,8	84,8	87,7	40,8	77,4	72,5	65,5
103	Ave	104,3	37,1	69,0	59,8	91,8	45,3	83,8	33,4	50,4
104	Grande Porto	105,6	46,4	58,4	48,4	81,4	39,2	50,7	60,9	59,6
105	Tâmega	101,5	52,1	79,3	71,2	99,0	71,7	91,2	80,8	68,3
106	E.Douro-Vouga	55,1	55,5	53,4	54,3	94,9	36,4	89,2	31,5	59,6
107	Douro	71,0	74,6	78,2	71,1	98,2	70,9	82,7	33,3	82,4
108	Alto T-Montes	102,7	79,9	89,0	82,1	97,6	106,6	98,3	67,7	92,4
201	Baixo Vouga	100,0	56,7	39,7	54,8	88,0	27,7	80,9	69,3	55,9
202	Baixo Mondego	88,9	46,9	35,6	40,7	87,9	42,6	56,8	37,7	62,7
203	Pinhal Litoral	87,7	75,3	43,0	56,7	88,2	75,3	84,5	50,3	69,7
204	Pinhal Int. Norte	112,0	46,8	63,1	102,6	95,0	80,0	105,2	48,8	71,6
205	Pinhal Int. Sul	87,4	68,6	71,4	103,4	106,6	31,8	84,0	100,0	78,3
206	Dão-Lafões	99,2	63,1	53,5	50,8	92,3	50,8	94,8	48,1	73,7
207	Serra da Estrela	111,5	35,2	105,0	101,2	97,8	68,3	105,6	66,5	62,8
208	Beira Int. Norte	105,0	50,7	100,0	69,0	99,2	28,0	96,1	52,0	75,4
209	Beira Int. Sul	105,3	46,2	70,8	48,6	91,5	26,1	78,5	41,5	68,8
210	Côva da Beira	103,0	27,3	90,8	98,0	93,6	49,2	92,9	100,0	58,4
301	Oeste	97,6	76,5	52,9	44,6	91,8	47,0	72,6	31,3	70,9
302	Grande Lisboa	92,5	59,0	57,7	34,8	75,6	45,5	39,7	24,7	57,5
303	**Península Setúbal**	**78,0**	**68,5**	**51,5**	**39,1**	**90,4**	**23,4**	**62,6**	**36,6**	**65,3**
304	Médio Tejo	89,9	62,9	52,8	60,7	89,8	40,8	70,1	48,6	69,9
305	Lezíria do Tejo	76,4	67,0	69,9	34,1	90,2	30,9	80,6	53,4	69,8
401	Alentejo Litoral	96,3	65,4	82,6	44,1	94,8	66,9	73,6	27,3	78,6
402	Alto Alentejo	99,1	68,2	67,9	46,2	94,0	24,5	97,2	66,3	80,8
403	Alentejo Central	92,5	60,2	76,8	77,4	99,7	31,4	78,4	44,2	81,0
404	Baixo Alentejo	94,0	93,5	107,5	101,5	97,8	16,5	88,4	52,0	84,8
501	Algarve	88,4	96,4	77,8	66,0	79,1	99,4	76,7	59,0	80,3
	CONTINENTE	**90,7**	**52,5**	**59,1**	**50,2**	**84,3**	**39,3**	**55,5**	**44,3**	**63,4**

Quadro IX.4 (cont.) — Percentagem do emprego -1997- no sector empresarial, por *clusters* de actividades

em estab. de Grande ou Muito Grande dimensão (>200 PT)

NUT	NOME	RN	TI	EMCC	IP	UT	IM	LAAE	OS	SOMA
101	Minho Lima	0,0	13,4	9,7	0,0	1,9	59,4	0,0	0,0	12,6
102	Cávado	0,0	21,1	3,3	0,0	5,1	37,4	11,8	0,0	16,2
103	Ave	0,0	33,0	21,0	5,0	3,3	27,1	0,0	49,0	25,4
104	Grande Porto	0,0	25,7	14,2	15,3	9,3	41,4	30,6	9,5	21,1
105	Tâmega	0,0	13,8	2,6	10,5	0,0	7,5	0,0	0,0	8,3
106	E.Douro-Vouga	0,0	15,0	21,1	9,2	4,0	37,4	0,0	35,1	17,0
107	Douro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,6	1,2
108	Alto T-Montes	0,0	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
201	Baixo Vouga	0,0	20,7	32,1	13,9	2,8	45,1	5,7	0,0	22,9
202	Baixo Mondego	0,0	20,9	37,6	23,4	4,6	13,0	27,6	46,1	18,1
203	Pinhal Litoral	0,0	7,0	24,0	0,0	2,9	0,0	3,1	0,0	9,3
204	Pinhal Int. Norte	0,0	14,2	7,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,6
205	Pinhal Int. Sul	0,0	8,3	0,0	0,0	0,0	57,7	0,0	0,0	9,1
206	Dão-Lafões	0,0	18,1	14,4	8,0	2,1	20,5	0,0	0,0	9,1
207	Serra da Estrela	0,0	40,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	22,3
208	Beira Int. Norte	0,0	28,7	0,0	0,0	0,0	69,4	0,0	0,0	15,2
209	Beira Int. Sul	0,0	25,1	32,8	25,8	0,0	54,5	0,0	0,0	16,0
210	Côva da Beira	0,0	33,1	0,0	0,0	0,0	27,4	0,0	0,0	17,9
301	Oeste	0,0	5,9	17,0	22,8	0,0	22,6	11,4	39,4	10,3
302	Grande Lisboa	0,0	18,2	18,4	35,0	9,3	34,2	43,6	54,1	24,7
303	**Península Setúbal**	**0,0**	**13,5**	**25,9**	**26,4**	**5,7**	**61,1**	**22,1**	**13,9**	**21,1**
304	Médio Tejo	0,0	9,5	21,6	0,0	2,1	42,3	19,7	0,0	12,2
305	Lezíria do Tejo	6,3	3,8	9,8	32,1	7,5	39,1	0,0	0,0	12,2
401	Alentejo Litoral	0,0	0,0	0,0	43,4	6,4	0,0	18,9	72,7	11,6
402	Alto Alentejo	0,0	17,4	17,7	36,2	3,2	72,1	0,0	0,0	12,3
403	Alentejo Central	5,6	17,7	4,8	0,0	0,0	53,2	0,0	0,0	8,5
404	Baixo Alentejo	6,7	0,0	0,0	0,0	3,3	42,4	0,0	0,0	8,1
501	Algarve	0,0	0,0	7,0	15,5	8,3	0,0	13,4	0,0	8,2
	CONTINENTE	**2,1**	**20,6**	**17,1**	**19,5**	**6,4**	**38,6**	**29,1**	**26,6**	**18,3**

Fonte: Quadros de Pessoal/MESS, com apuramento próprio.

Legenda: RN = Actividades baseadas na exploração de recursos naturais;
TI = Activ. Baseadas na utilização intensiva do trabalho;
EMCC = Embalagem e fabr. Materiais de Construção Civil;
IP = Indústrias de processo;
UT =Serv. De estruturação Urbana-Turística;
IM =Indústria Metalomecânica e Veículos Transporte;
LAAE= Serviços logística e de apoio às empresas;
OS- Outros Segmentos.

- Nos *clusters actividades de estruturação urbano-turística* e *serviços de logística e apoio às empresas* a PS dispõe de um tecido empresarial cuja dimensão parece adequada a actividades com predomínio de

economias de aglomeração, como é o caso, mas —até por referência à AMN— é notório algum défice de dimensão por forma a poder explorar economias de variedade que também desempenham importante papel enquanto suporte da competitividade destes *clusters*, nomeadamente da sua internacionalização. Ou seja, os indícios já antes referidos de que dentro destes *clusters* a PS acolhia os segmentos menos exigentes, localizando-se os restantes na margem norte, são agora reforçados pelo tecido empresarial que estrutura tais actividades. Tal não é de estranhar quando sabemos que estes *clusters* se consolidaram em boa medida como resposta à grave crise social que atingiu a região nos anos 80, resultando muitas actuais empresas de iniciativas protagonizadas por pessoas sem qualquer experiência de gestão empresarial.

2.3. Potencialidades e condicionantes decorrentes da inserção territorial da PS

Inserção territorial mediatizada pelas relações de propriedade empresarial

Em média, 17% do emprego no sector empresarial que está localizado na PS é controlado por empresas cuja sede está no exterior, sobretudo na margem norte da área metropolitana. Esta "dependência externa" é comum a todos os *clusters* de actividade —ainda que com intensidades diferenciadas— atingindo a PS a sua maior endogeneização (aparente) na indústria metalomecânica —*cluster* onde apenas 4% do emprego é controlado por empresas com sede no exterior— e uma das mais baixas precisamente num dos seus *clusters* de especialização: os serviços de logística e apoio à actividade económica, onde o saldo interterritorial desfavorável à região representa 37% do emprego local.

Estes valores sugerem alguma vulnerabilidade do tecido empresarial que estrutura os dois *clusters* de serviços em que a PS está especializada, muito embora

também possam significar uma maior integração da economia local nas dinâmicas empresariais da AMN, permitindo assim à PS, nomeadamente, aceder com maior facilidade ao mercado regional da AML e, indirectamente, ao mercado internacional.

Com efeito, enquanto na AMN aqueles *clusters* apresentam uma significativa internacionalização ao nível da articulação das empresas regionais com empresas estrangeiras, na PS não tem expressão o volume de emprego em unidades cujo capital social é participado por empresas estrangeiras (veja-se Quadro IX.5). Pelo contrário, no *cluster* formado pelas indústrias de processo e pela indústria metalomecânica a presença de capital estrangeiro na PS é muito significativa: 21% e 49% do emprego naqueles *clusters*, respectivamente, está ligado a interesses de empresas estrangeiras.

Quadro IX.5 — Proporção do emprego empresarial controlado por capital estrangeiro, 1997

NUT	NOME	RN	TI	EMCC	IP	UT	IM	LAAE	OS	SOMA
101	Minho Lima	1,2	6,6	1,6	0,0	0,2	46,8	1,1	82,5	10,9
102	Cávado	0,0	5,0	1,2	0,0	0,1	40,5	1,7	5,0	7,7
103	Ave	0,0	3,6	15,9	0,0	2,3	20,5	0,1	28,0	5,3
104	Grande Porto	3,6	11,0	2,7	22,5	4,9	21,2	8,5	8,9	9,5
105	Tâmega	0,0	2,0	4,3	1,2	0,1	5,5	0,2	0,0	2,2
106	E.Douro-Vouga	0,0	5,7	7,0	0,0	2,1	12,5	6,9	0,0	6,5
107	Douro	33,4	3,8	0,0	0,0	1,8	0,0	0,8	0,0	3,9
108	Alto T-Montes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
201	Baixo Vouga	0,0	17,1	7,0	5,6	2,5	35,4	5,4	2,5	16,2
202	Baixo Mondego	14,2	3,2	16,2	11,0	0,6	6,4	0,1	21,7	5,9
203	Pinhal Litoral	1,7	3,7	7,0	5,7	2,3	3,4	0,3	3,2	4,3
204	Pinhal Int. Norte	0,0	7,1	4,8	1,4	0,1	6,8	0,9	0,0	4,5
205	Pinhal Int. Sul	0,0	0,3	2,9	0,4	0,2	24,5	0,0	0,0	4,5
206	Dão-Lafões	0,0	12,7	7,1	0,0	0,0	15,6	0,0	0,0	5,9
207	Serra da Estrela	0,0	1,1	0,0	0,0	4,8	0,0	0,0	10,3	1,6
208	Beira Int. Norte	0,0	1,2	6,5	0,0	0,0	44,7	0,0	21,4	3,5
209	Beira Int. Sul	4,4	0,7	2,2	39,6	0,0	14,3	0,0	--	5,1
210	Côva da Beira	0,0	4,0	3,8	8,6	0,4	50,9	0,0	44,4	5,2
301	Oeste	0,5	7,0	2,1	30,7	1,1	19,5	3,5	56,6	8,8
302	Grande Lisboa	2,2	15,5	14,8	23,9	16,6	35,1	13,7	13,9	16,6
303	Península Setúbal	5,3	6,4	5,2	21,2	1,9	49,2	5,4	3,3	15,2
304	Médio Tejo	0,0	0,1	8,7	0,0	0,9	9,0	0,0	51,3	3,4
305	Lezíria do Tejo	1,2	8,0	5,1	29,4	2,5	9,2	0,1	0,0	8,2
401	Alentejo Litoral	26,5	0,0	0,0	0,7	0,3	0,9	5,9	0,0	3,4
402	Alto Alentejo	5,1	0,0	0,0	4,2	0,2	8,7	0,1	--	2,1
403	Alentejo Central	4,3	61,3	6,9	0,2	0,1	5,4	0,1	0,0	10,0
404	Baixo Alentejo	6,9	0,0	0,0	0,0	0,1	41,1	0,0	0,0	7,8
501	Algarve	0,9	1,3	0,5	9,1	8,6	0,3	13,9	0,0	7,7
	CONTINENTE	4,4	7,3	7,4	16,2	8,7	27,8	10,7	15,1	10,9

Fonte: Quadros de Pessoal/MESS, com apuramento próprio.

Legenda: RN = Actividades baseadas na exploração de recursos naturais;
TI = Activ. Baseadas na utilização intensiva do trabalho;
EMCC = Embalagem e fabr. Materiais de Construção Civil;
IP = Indústrias de processo;
UT =Serv. De estruturação Urbana-Turística;
IM =Indústria Metalomecânica e Veículos Transporte;
LAAE= Serviços logística e de apoio às empresas;
OS- Outros Segmentos.

Importa considerar aqueles números para além das reacções nacionalistas que nos possam motivar. É que qualquer das actividades em causa tem actualmente uma dinâmica comandada pelas tendências da globalização e, consequentemente, dificilmente uma unidade produtiva destes segmentos conseguirá sobreviver no mercado global se não estiver directa ou indirectamente inserida numa rede empresarial de escala transnacional que lhes assegure o acesso à tecnologia e ao mercado mundial. Deste ponto de vista, a significativa internacionalização da economia regional nestes segmentos é um suporte da sua competitividade. O que não obsta, claro está, a que o futuro de tais segmentos possa ser decidido em obediência a lógicas empresariais não influenciadas pelos interesses da região. Valorizar esta oportunidade e minimizar o risco que também comporta deverá passar por "amarrar" as correspondentes empresas ao território, nomeadamente pelo desenvolvimento de redes de cooperação empresarial que configurem uma verdadeira vantagem de localização da PS para as actividades relacionadas com a fileira automóvel.

De resto este esforço de cooperação impõe-se ainda por razões que tem a ver com a necessidade de reforçar a capacidade exportadora da economia regional. Actualmente (1998) esta só é ligeiramente superior à do país por efeito da presença da AutoEuropa, o que faz de Palmela o segundo concelho mais exportador de toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT). Todavia, dos restantes concelhos da PS só o Seixal e Setúbal apresentam significativa capacidade de exportação, o que não deixa de ser paradoxal quando se pensa que aqui se localiza uma das importantes infra-estruturas de suporte à internacionalização do país: o porto de Setúbal.

Dinâmicas de reordenamento e centralidade urbana da Península de Setúbal no quadro da *Região Metropolitana de Lisboa (RML)*

A compreensão das dinâmicas de ordenamento da PS é indissociável da compreensão dessas mesmas tendências à escala do conjunto da RML, até porque Lisboa tem sido o núcleo estruturador não só da AML como da articulação do país

com o resto do mundo. Porque naquela cidade se concentram os serviços económicos e colectivos mais especializados do país, os recursos humanos e organizacionais mais qualificados, os segmentos de consumo com maior potencial indutor da inovação, bem como uma diversidade de infra-estruturas indispensáveis à internacionalização da sociedade portuguesa, é desejável que Lisboa continue a desempenhar o papel de motor do desenvolvimento nacional e de suporte à internacionalização do país e, naturalmente, da PS. O que não significa dizer-se que Lisboa e o país não tenham muito a ganhar com um novo modelo territorial para a AML, estruturando-a com base numa rede polinucleada de centros complementares em detrimento da lógica centro-periferia que predominou nas últimas décadas.

Em consequência daquela lógica, a actual AML estrutura-se em torno de um núcleo central polarizado em Lisboa e por uma coroa central e outra periférica. O espaço correspondente à PS distribui-se por estas duas coroas.

A mancha urbana envolvente do estuário do Tejo (especialmente Almada, Seixal e Barreiro) integra a coroa metropolitana central tendo-se desenvolvido em subordinação às necessidades de expansão do núcleo central da AML, nomeadamente ao ritmo a que o diferencial de renda fundiária expulsava do centro os estratos sociais insolventes para aí adquirirem a sua habitação. O actual tecido urbano e social desta mancha ribeirinha ressentem-se da sua génese e, sobretudo, evidenciam a falta de coesão territorial da PS, em consequência da reduzida funcionalidade urbana no seio daquele arco ribeirinho e da escassa articulação territorial que mantém com o resto da Península.

No espaço remanescente, que constitui a coroa periférica sul da AML, têm coexistido duas realidades económico-territoriais: o "eixo" Almada-Setúbal "pendurado" no corredor viário de ligação de Lisboa ao sul do país, e amplas extensões territoriais que têm funcionado como espaço de reserva e cuja paisagem ainda preserva fortes marcas rurais.

Deste modo, globalmente considerada, a PS ainda se caracteriza por ter uma relativamente baixa densidade de ocupação urbana do solo, predominando do ponto de vista geográfico a paisagem rural (com construções de 1 ou 2 pisos) polvilhada por núcleos urbanos de pequena dimensão. As excepções mais notórias situam-se no arco ribeirinho que vai de Almada ao Montijo (tendendo a prolongar-se à Trafaria e a Alcochete) e no espaço canal moldado pela AE Almada-Setúbal. Todavia, em qualquer dos casos estes "eixos" não funcionam como conurbações urbanas mas antes como espaços fragmentados por obstáculos físicos vários. Neste quadro, o eixo potencial Montijo, Palmela, Setúbal e aquele arco ribeirinho tenderão a assumir uma importância fulcral na estruturação urbana da PS, até porque a anunciada nova travessia do Tejo deverá dar lugar a um novo arco (Barreiro-Setúbal) que liga aqueles dois eixos.

Em síntese, considerando as tendências de mercado existentes e o efeito dos diversos projectos viários anunciados, o espaço sócio-económico da PS tenderá a ser territorialmente estruturado pelo interior do triângulo delimitado por Almada-Montijo-Palmela/Setúbal, o que conferirá à região um maior equilíbrio e coesão territorial e, do ponto de vista económico, representa uma acrescida massa crítica com significativas sinergias potenciais. Todavia, apesar das dinâmicas territoriais em curso favorecerem esta reconfiguração do espaço metropolitano, importa não perder de vista que a concretização deste novo modelo territorial, polinucleado e articulado em malha, não dispensa um enorme esforço de investimento público. Ao nível das infra-estruturas (urbanas, rodoviárias e ferroviárias — de âmbito nacional e regional) mas também ao nível da eficiência dos serviços de transporte colectivo, para além, claro está, do esforço de requalificação urbanística e ambiental (com particular incidência nos espaços públicos e nos equipamentos básicos de suporte à vida social, ao lazer e à cultura).

Só por si, a consolidação deste outro modelo de organização territorial conferirá à PS um significativo acréscimo de centralidade urbana, dimensão indispensável à competitividade dos *clusters* de serviços em que radica a

especialização regional. Mas as alterações que se anunciam deverão afectar também positivamente a centralidade inter-regional da PS, já que vários dos projectos em equação deverão vir a alterar substancialmente a actual situação onde a acessibilidade inter-regional da PS tende a ser mediada pela AMN.

Em particular, a conclusão do IC11 deverá potenciar a emergência de uma nova plataforma logística de redistribuição e serviços complementares em torno do triângulo Pinhal Novo-Pegões-Marateca, nó fundamental de ligação ao Norte e ao futuro aeroporto da Ota, bem como na ligação ao sul do país e a Espanha. A electrificação da linha ferroviária do Algarve, o traçado que vier a ser adoptado para o TGV e a política portuária que vier a ser adoptada para os portos de Lisboa, Setúbal e Sines, constituem três das variáveis de que muito vai depender o potencial económico desta emergente plataforma que poderá içar o papel da PS na AML e mesmo no país.

3. A competitividade da Península de Setúbal: visão de conjunto

3.1. Das condições estruturais dos anos 80 às dinâmicas dos anos 90

Nos anos 80 a PS operou uma profunda "transferência" de emprego do sector industrial para os serviços, conjugando-se a redução daquele com o aumento deste. Esta reestruturação produtiva significou, para além dos problemas sociais conhecidos, que a região procedeu ao saneamento do capital produtivo obsoleto e, simultaneamente, criou as bases para redefinir o seu padrão de especialização em sintonia com as grandes tendências de evolução da economia actual. Este processo de reestruturação tecnológico-organizacional da base industrial acompanhado de uma forte dinâmica terciária é, por si mesmo, expressão da capacidade competitiva do tecido produtivo regional.

Todavia, pela sua génese, os serviços que nos anos 80 garantiram o emprego àqueles que dele se viram privados na indústria eram, sobretudo, serviços banalizados que aproveitaram o espaço de mercado local associado à forte dinâmica de

crescimento demográfico. A produtividade do emprego na região ressentiu-se disso, mas a dinâmica económica que referenciámos nos anos 90 deverá ter alterado esta característica estrutural, porquanto terá servido para consolidar a especialização terciária e para criar as condições necessárias ao desenvolvimento sustentado da oferta de serviços qualificados e com uma eficiência económica concorrencial, pelo menos ao nível do mercado nacional.

Em síntese, no início dos anos 90 a PS apresentava um modelo competitivo suportado essencialmente por vantagens ao nível dos factores avançados de competitividade, inerentes à sua estrutura económica, e pelas vantagens associadas à dinâmica do tecido produtivo da região. Graças a isso, no início da década a PS encontrava-se num estádio de maturidade competitiva que lhe permitia aspirar a integrar o espaço de maior potencial competitivo do país: a margem norte da AML.[2]

Em consequência, na década de 90 e sobretudo nos anos mais recentes, a PS tem vindo a reforçar o seu peso demográfico e económico no país e na AML. Para tal têm contribuído um padrão de competitividade suportado simultaneamente pelos 3 elementos do tripé que se enunciou na primeira secção deste Capítulo:

- Ao nível da estrutura económica a especialização da região está alicerçada na dotação de recursos naturais e na disponibilidade de mão-de-obra, mas está-o sobretudo por factores avançados de competitividade, particularmente a qualificação da mão-de-obra, um mercado regional dinâmico e a disponibilidade de abundantes e diversificados serviços avançados de apoio às empresas. O esforço educacional que a população da PS tem vindo a realizar (claramente superior ao do país e, no caso do ensino básico, mesmo superior ao da AMN, como pode verificar-se pelo Quadro IX.6) são o garante de que no futuro o modelo de competitividade da PS continuará a basear-se em factores avançados de

[2] Para uma análise mais detalhada veja-se Raul Lopes, o. cit., Capítulos 7 e 8.

competitividade, pese embora o défice da oferta de ensino de nível superior na região.

- A dimensão inserção territorial reforça o potencial competitivo associado à dimensão anterior, quer porque a inserção da PS no espaço económico mais competitivo do país permite às empresas usar a economia da AMN como complementar da PS, especialmente no que respeita ao acesso a mão-de-obra qualificada, serviços especializados e espaço de mercado, quer porque a especialização da PS se enquadra nos segmentos de maior dinamismo na economia europeia onde encontra um enquadramento económico favorável, particularmente ao nível da regulação dos preços de mercado e da relativamente baixa taxa de juro. As alterações entretanto verificadas ao nível da acessibilidade intra-metropolitana reforçam as favoráveis condições de inserção, até porque colocam a PS numa posição privilegiada para acolher actividades em processo de deslocalização da margem norte, podendo desta forma compensar a tendência dos últimos anos para a redução do investimento estrangeiro em Portugal.
- Finalmente, a grande dinâmica do tecido produtivo regional —alicerçada numa significativa capacidade de iniciativa empresarial de âmbito regional, na considerável inserção em redes empresariais de configuração internacional e numa organização da economia local com base em cachos coerentes de actividades— conferem à economia da PS uma significativa flexibilidade e capacidade de valorização de economias externas.

Quadro IX.6 — Esforço educacional, 1996

	P.Setúbal	AM Norte	RLVT	Portugal
População residente, 1997	667.150	1.834.060	3.319.860	9.957.270
População em % do país	6,7	18,4	33,3	100,0
Alunos a frequentar o ensino básico na NUT	86 751	216 949	408 003	1 252 711
em % Pop. 0->14 anos	80,5	76,4	78,7	73,9
Alunos a frequentar o ensino secund. na NUT	41 391	110 626	193 015	457 884
em % Pop. 15->24 anos	39,2	41,8	39,4	29,3
Alunos a frequentar Universidade na NUT	11 504	124 391	143 445	314 490
Alunos a freq.o ensi. secund ou superior na NUT	52 895	235 017	336 460	772 374
em % Pop. 15->24 anos	50,1	88,8	68,6	49,4

3.2. Principais debilidades competitivas da Península de Setúbal

O potencial competitivo enunciado não nos deve fazer esquecer algumas debilidades que também existem. Sumariamente, de entre estas parecem-nos deverem destacar-se:

- A circunstância de o potencial de inovação intrínseco à estrutura de especialização e à dinâmica do tecido empresarial da PS (ilustrado por múltiplas iniciativas empresariais inovadoras que é possível referenciar), ainda não ter dado lugar à constituição de um verdadeiro sistema regional de inovação, quer pela existência de um défice de redes de fluxos de cooperação orientadas para a inovação, quer por uma relativa rarefacção de instituições de enquadramento que promovam e dinamizem tais redes.
- A relativa subrepresentação de recursos humanos de elevada qualificação e de serviços especializados de apoio às empresas, nomeadamente no domínio das novas tecnologias e dos serviços de logística de suporte à articulação inter-territorial e à internacionalização.
- A localização/atracção daqueles recursos humanos e serviços na região é prejudicada pela imagem da PS enquanto espaço urbano desqualificado,

seja pela falta de funcionalidade da rede urbana regional associada ao défice de infra-estruturas de transporte de âmbito intra-regional, seja pelo desordenamento da ocupação do espaço urbano que resultou da dificuldade em gerir os conflitos de uso do solo num contexto de elevada pressão imobiliária e demográfica, associada à localização de actividades económicas e à construção para fins residenciais. Deste modo, o elevado potencial que as boas condições ambientais (recursos costeiros e ribeirinhos bem como o rico património paisagístico dos espaços rurais) da PS representa para o desenvolvimento de actividades como a I&D, a educação, o turismo cultural e de negócios, ou ainda para o turismo orientado para o lazer e bem-estar da 3ª idade, é prejudicado pela forma como os espaços naturais se articulam com os espaços urbanos, bem como pelas ameaças associadas à transformação da paisagem natural e rural que seguidamente se referem.

- As Reservas Naturais do Tejo e do Sado, a Arriba Fóssil da Costa da Caparica-Cabo Espichel e a respectiva mancha florestal, bem como o Parque Natural da Arrábida constituem um património natural e paisagístico único no contexto das metrópoles europeias, impondo-se por isso não só preservá-las das fortes pressões imobiliário-urbanas a que estão sujeitas, como também proceder à sua requalificação —nomeadamente, pelo saneamento de actividades obsoletas que ainda ocupam boa parte das frentes ribeirinhas e pela reinvenção de novos usos colectivos para esses espaços.
- A estes "tesouros" junta-se na PS a grande extensão de espaços de paisagem rural prenhes de património construído e simbólico, bem como de riqueza natural moldada pelas mãos humanas. Se a este património acrescentarmos a proximidade ao mercado urbano e as actuais tendências de ocupação dos tempos livres, fácil será de perceber que a PS tem nos seus Recursos Naturais um elevado potencial para a produção de produtos

alimentares de elevado rendimento e para a oferta de serviços de turismo em segmentos que se diferenciam pela qualidade e que são compatíveis com a conservação da natureza. Todavia, das dinâmicas instaladas resulta clara a tendência para a pressão sobre os recursos naturais, o mesmo não se podendo dizer das condições para a sua valorização económica sustentada.

- A tendência para a dissociação do local de trabalho do local de residência, assim como a crescente procura de segunda habitação em espaço rural, constituem por si só uma forte pressão no sentido de transformar a ritmo acelerado a paisagem dos espaços intersticiais urbanos e dos espaços rurais da PS. Desde logo porque induzem ao abandono da actividade agrícola em extensas manchas de solo —sobretudo na proximidade e nos espaços intersticiais urbanos— contribuindo desta forma para a desqualificação dos próprios núcleos urbanos. Claro indício disso é o facto de em 1998 se terem concluído mais edifícios na PS do que na AMN, pese embora os fogos concluídos representarem apenas 55% dos da AMN. Se tivermos em conta que no mesmo ano as licenças concedidas para construção de fogos na PS corresponderam a 73% das concedidas na AMN, temos boas razões para crer que esta tendência está em pleno crescimento.

  Aceitando como boa a estratégia de tentar transformar um problema numa oportunidade, então o desafio que se coloca às autoridades de política neste caso concreto será o de conseguir aproveitar esta dinâmica de procura habitacional para consolidar e requalificar os núcleos rurais existentes e, para cerzir o tecido urbano dos aglomerados que resultaram do processo de periurbanização das últimas décadas. Mas isso não acontecerá sem um esforço coerente e persistente das entidades envolvidas na gestão do território, particularmente dos Municípios.

- Outra das consequências do acelerado processo de transformação da paisagem dos espaços rurais é a tendência para a homogeneização de valores e comportamentos humanos que transporta consigo riscos de perda

de identidade cultural e territorial, bem como de desintegração dos laços de solidariedade familiar e de vizinhança que ainda desempenham na PS um importante papel de regulação social, sobretudo na assistência à infância e à terceira idade. De resto, importa não perder de vista que o aproveitar das oportunidades turísticas de que antes falávamos —ou a atracção de determinados grupos de pessoas e actividades altamente qualificadas— também não dispensam as amenidades associadas à coesão social e à riqueza cultural dos espaços e lugares em que se localizam.

- O intenso processo de expansão peri-urbana que caracterizou a PS nas últimas décadas contribui ainda para explicar outra das actuais debilidades da região, com forte incidência nas condições locais de vida: o défice qualitativo de serviços e equipamentos colectivos de apoio à vida quotidiana, seja no domínio da saúde, da educação, da cultura ou do lazer.

A desqualificação do território subjacente àquelas debilidades tem como contraponto o potencial que resulta da circunstância de a implementação do PROTAML e do Programa Operacional da RLVT —ambos em fase terminal de elaboração— poderem apoiar-se na existência de uma significativa dinâmica de transformação dos espaços peri-urbanos numa vasta conurbação de pequenos núcleos urbanos envolvidos por espaços de paisagem marcadamente rural. A diversidade paisagística daqui resultante, aliada à riqueza territorial das marcas identitárias que as manifestações sócio-culturais locais exprimem, constituem um forte elemento de afirmação da especificidade da PS no contexto dos espaços metropolitanos europeus. E, não será demais recordá-lo, nunca como na fase da globalização a competitividade territorial foi tão tributária da capacidade de valorizar as especificidades locais.